

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Contextos de Nestor Duarte - Política, Sociologia e Direito

Diego Rafael Ambrosini

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Ricupero

São Paulo
2011
VERSÃO CORRIGIDA

RESUMO

Nas páginas de *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939), Nestor Duarte dialoga com vários dos ensaios de “interpretação do Brasil” publicados ao longo dos anos trinta. Neste trabalho destacarei três das questões abordadas pelo autor, contrastando sua análise com as posições adotadas por outros participantes do debate daquela década. Eis os pontos examinados: i) seu diagnóstico crítico da permanência de uma lógica “privatista” na formação histórica da organização social brasileira; ii) sua proposta normativa do Estado como dimensão pública de convivência; e iii) sua defesa da democracia como processo preferencial de pedagogia política. Dessas teses de Duarte emerge uma ácida crítica do regime “forte e centralizado” do Estado Novo, em claro antagonismo com o proposto, por exemplo, por um pensador como Oliveira Vianna.

Palavras-chave: Nestor Duarte, Intérpretes do Brasil, Sociedade, Estado e Democracia.

ABSTRACT

In the pages of his book *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939), Nestor Duarte establishes a dialog with many of the so called “interpretations of Brazil” essays, published during the 1930’s. In the present work, I have selected three questions dealt by Duarte in his essay, and tried to contrast them with positions preferred by other authors of the period. The points examined are: i) his critical diagnosis of the permanence of a “privatist” logic in the historical formation of brazilian social organization; ii) his normative proposal of a State understood as a public or communal dimension; e iii) his defence of democracy as a process of political pedagogy. From Duarte’s thesis emerges a acid critique of the “strong and centralized” State of the Estado Novo regime, in clear opposition with the proposals of a writer such as Oliveira Vianna, for instance.

Keywords: Nestor Duarte, Interpreters of Brazil, Society, State, Democracy.

ÍNDICE

Agradecimentos	4
I. Introdução – Nestor Duarte e o cânone do Pensamento Brasileiro	5
II. Biografia, História, Política – Um percurso do século XX	13
<i>Método biográfico e imaginação sociológica. Primeiros anos: do sertão ao litoral. Década de 1920: bacharel, jornalista, professor, deputado. De 1930 a 1945: idas e vindas na política e na academia.</i>	
III. O Ensaísta – Nestor Duarte entre os “ intérpretes do Brasil”	54
<i>O ensaio como forma de pensar o Brasil. Leituras e releituras de um debate. O diagnóstico histórico: nossa Ordem Privada. A “ Organização Política Nacional” : o Estado como comunidade política. A democracia como processo preferencial de pedagogia política. Prognósticos: o problema político brasileiro e perspectivas de solução.</i>	
IV. O Jurista – Debatendo o Direito, o Estado e a Sociedade	95
<i>O concurso para a cadeira de Introdução à Ciência do Direito na década de 1930. A propedêutica jurídica no Brasil: trajetória histórica. A Faculdade Livre de Direito da Bahia e o “ sociologismo jurídico”. Epistemologia do Direito: “ atitude metafísica” e “ atitude positivo-experimental”. Ontologia do Direito: Direito Natural e Direito Positivo. O Direito como fato social. As relações entre o Direito e o poder político. O Estado de Direito: disciplina por coordenação ou por subordinação?</i>	
V. Palavras Finais	135
Bibliografia	139

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste texto, como quase todo labor intelectual, foi uma empreitada bastante solitária. Nestor Duarte, meu principal companheiro nessa jornada atribulada, certa vez disse que “o livro, como o filho, se faz em segredo”. Apesar disto, eu não poderia deixar de registrar meus agradecimentos àqueles que, de alguma maneira, foram importantes para a sua realização.

Sou grato a meus pais, Licia e Jorge, que mesmo estando longe, foram grandes incentivadores desde o início e souberam cobrar empenho quando necessário.

Ana Montoia, minha querida sogra, foi um porto seguro no agitado oceano das questões da Política, a maior parte do tempo, e muito especialmente quando me acolheu em um dos momentos críticos da redação desse trabalho.

Minha querida Juliana foi responsável por tornar o passar dos dias mais alegre ao longo desses anos, e mais suportável na fase final.

Dentre os amigos, gostaria de nomear três, que sempre foram meus interlocutores intelectuais, ainda que muitas vezes tenhamos nos afastado em demasia: Walter Mesquita Hupsel, Douglas Guimarães Leite e Demétrio Gaspari Cirne de Toledo.

No Departamento de Ciência Política, não há como deixar de registrar meu profundo agradecimento a Gildo Marçal Brandão (*in memoriam*), meu orientador no mestrado e durante boa parte do doutorado, que nos deixou tão triste e repentinamente. Se Gildo não tivesse depositado confiança em mim há quase dez anos, quando cheguei ao DCP vindo de outra área do conhecimento, de outra universidade, de outra região do país, minha vida certamente seria diferente, agora.

Agradeço também a Bernardo Ricupero, que me acolheu institucionalmente depois do falecimento de Gildo, assim como a todos os demais membros do Projeto Temático Fapesp *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, do qual fiz parte ao longo dos últimos anos (prefiro não citar nomes aqui, para não cometer injustiças esquecendo alguém). A troca de conhecimentos e experiências foi essencial em muitos momentos.

Por fim, preciso reconhecer que sem o auxílio financeiro da CAPES, este pequeno volume que o leitor tem em mãos não existiria.

I. Introdução – Nestor Duarte e o cânone do Pensamento Brasileiro

Nas últimas duas ou três décadas, acumulou-se uma vasta literatura crítica na área de pesquisa que ficou conhecida como *Pensamento Político e Social Brasileiro*. Localizado em uma zona fronteira para a qual confluem diversas das disciplinas do campo das ditas “humanidades” (como a Política, a Sociologia, a História, a Antropologia e a Filosofia, etc.), o estudo do *Pensamento Brasileiro* tem por objeto, ao menos na maior parte de seus esforços, aquelas obras e autores reunidos no cânone das chamadas “interpretações do Brasil”, características de um período sabidamente fértil de nossa história intelectual, tal como foi o ciclo ensaístico das décadas de 1920 e 1930. O livro *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*¹, de autoria do jurista e político baiano Nestor Duarte, é por muitos considerado, ao lado de congêneres como Francisco José de Oliveira Vianna (*Populações Meridionais do Brasil* e *O Idealismo da Constituição*), Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos*), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), Caio Prado Júnior (*Evolução Política do Brasil*), Paulo Prado (*Retrato do Brasil*) e Azevedo Amaral (*O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*) – e a listagem poderia prosseguir sem maiores dificuldades – um dos grandes clássicos de nossa literatura sócio-histórico-política desse período. Porém, apesar de frequentemente incluída nesse cânone, a obra de Nestor Duarte ainda se ressentia da inexistência de um estudo monográfico mais aprofundado, munido do ferramental teórico-analítico acumulado nos anos de institucionalização acadêmica das ciências humanas em nosso país.

¹ 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. A primeira edição é de 1939. Há, ainda, uma 3ª edição, mais recente (Brasília: Ministério da Justiça, 1997).

O historiador José Murilo de Carvalho é um dos que vêm chamando a atenção para essa lacuna, como fez no estudo introdutório que escreveu para a reedição de *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna². Do mesmo modo, o cientista político Adrián Gurza Lavalle, em trabalho sobre a conformação da noção de *ethos* público no pensamento brasileiro, notou que a obra de Duarte está “submetida a estranho esquecimento”³. Já o também cientista político Luiz Guilherme Piva, observou que “Nestor Duarte é o menos discutido dos nossos autores. Nem mesmo aparece na maioria dos manuais sobre o pensamento político brasileiro”⁴. O trabalho de Piva, aliás, é um dos poucos publicados em anos recentes a oferecer uma leitura mais detida de *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, mas faz isso apenas na moldura do quadro analítico que procura montar, colocando Duarte ao lado de mais três importantes autores do período, o que parece estar longe de ser suficiente para sanar a lacuna interpretativa que ele próprio afirma existir acerca do autor e de sua obra. Mesmo nos programas de pós-graduação, apenas algumas poucas pesquisas recentes, ainda não publicadas em livro, se ocuparam de Duarte⁵.

Essa é uma lacuna que ainda cumpre preencher, portanto. Até o momento, o mais comum é encontrarmos o nome de Nestor Duarte sendo citado *en passant* como um dos principais adeptos da tese da organização “feudal” da sociedade brasileira, um autor que enxergaria esta última sempre marcada pela constância do “espírito privatista” e pelo insuficiente estabelecimento do Estado, e que, por isso, é geralmente contraposto ao Raymundo Faoro de *Os Donos do Poder*. Parece haver, aliás, na literatura especializada,

² Em: Silvano Santiago (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 899.

³ Adrián Gurza Lavalle. *Vida Pública e Identidade Nacional – Leituras Brasileiras*. São Paulo: Editora Globo, 2004, p. 98.

⁴ Luiz Guilherme Piva. *Ladrilhadore e Semeadores – A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920 – 1940)*. São Paulo: Editora 34 e Departamento de Ciência Política da USP, 2000, p. 277.

⁵ Osmir Dombrowski. *Reforma Agrária no Brasil – primeiros projetos (1945 – 1955)*. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1998; Giselle Laguardia Valente. *Nestor Duarte: Liberalismo e Reformas Sociais na Construção da Nação Republicana*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004; Matheus Silveira Lima. *Raízes do pensamento político de Nestor Duarte: um estudo da ordem privada*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, 2004; Rafael Gomes. *O Privatismo e a Ordem Privada – A Leitura do Brasil na Sociologia Política de Nestor Duarte*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2007; e Rogério dos Santos França. *Representação do Sertanejo e Idéia de Brasil Moderno em Nestor Duarte*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

certa naturalização dessa oposição Duarte-Faoro⁶. Ainda que tal antagonismo possa estar, em linhas gerais, correto, parece-nos inegável seu caráter reducionista. Quando nada, porque o Estado de que fala Duarte não é o mesmo de Faoro, não é tão-somente um “estamento burocrático” parasitário da sociedade. Não é nem mesmo – ou, pelo menos, não apenas – um aparato institucional organizado e operante.

No conceito desenvolvido em *A Ordem Privada*, o Estado deve ser primordialmente entendido como o ente assegurador, por definição, da dimensão pública das relações sociais, um ente “cuja expressão mais própria e justa é o termo *res publica*, a coisa pública, que ele [o Estado] traduz e representa”⁷. É nesse sentido de “comunidade política”, portanto, que Duarte define o Estado, e é a partir desse pressuposto que ele monta sua crítica à tese, recorrente, da suposta necessidade de “centralização do poder” para a devida implantação operacional do Estado brasileiro (tese que está no núcleo da argumentação de Oliveira Vianna, por exemplo).

Portanto, se a conceitualização do Estado proposta por Duarte possui características que a afastam da imagem majoritariamente negativa esboçada por Faoro, nem por isso, como espero ter a oportunidade de demonstrar ao longo desse trabalho, ela se aproxima daquela oposta, de um Estado autoritário e tutelar da sociedade, saída da lavra de autores como Oliveira Vianna e outros, identificada por Bolívar Lamounier como uma “ideologia de Estado”⁸. Mas é importante anotar, desde já, que Duarte elabora essa sua definição do Estado *qua* espaço público com uma disposição claramente *normativa*: em outras palavras, seu Estado é antes um objetivo a ser alcançado do que algo que ele percebesse como tendo

⁶ Cf., dentre outros: Fernando Henrique Cardoso. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975; Simon Schwartzman. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 2ª edição aumentada. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982; Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema – A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec e INL, 1987; Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira. “*Primeira República – um balanço historiográfico*”. Em: *Estudos Históricos*. Vol. 2, n. 4. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989, pp. 244-280; José Murilo de Carvalho. “*Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*”. Em: *Pontos e Bordados – Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, pp. 130-153; Luiz Carlos Bresser-Pereira. “*Sociedade Civil: sua democratização para a reforma do Estado*”. Em: _____, Jorge Wilhelm e Lourdes Sola (orgs.). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo e Brasília: Unesp e Enap, 1999, pp. 67-116; Luiz Werneck Viana. “*Weber e a Interpretação do Brasil*”. Em: *Novos Estudos Cebrap*, n. 53. São Paulo: Cebrap, 1999; Fábio Wanderley Reis. “*Brasil – Estado e Sociedade em Perspectiva*”. Em: _____. *Mercado e Utopia – Teoria Política e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Edusp, 2000.

⁷ Duarte, *A Ordem Privada*, p. 15.

⁸ Bolívar Lamounier. “*Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República – Uma Interpretação*”. Em: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – O Brasil Republicano*. Vol. 2 – *Sociedade e Instituições*. São Paulo: Difel, 1977.

uma existência efetiva na realidade brasileira da época em que escreveu. Esta última, segundo seu diagnóstico, ainda estaria organizada a partir de outra lógica, distinta. Por isso, o cerne de sua “interpretação do Brasil” gira mesmo em torno da idéia de “ordem privada” e de outras que lhe são mais ou menos próximas, como as noções de “feudalismo”, de “familiarismo” e de “patriarcalismo” – enfim, de todo um “sistema de domínio a deformar a natureza do poder político”, para usar suas palavras⁹. Embora Duarte esteja longe de ser o único autor a perceber uma forte tendência à corrupção do *público* pelo *privado* na formação histórica do Estado e da sociedade brasileiros¹⁰, é de se notar o quanto esses fenômenos, em seu texto, assumem centralidade e uma conotação política bastante acentuada.

Além disso, é ainda a partir da noção de Estado como dimensão pública por excelência que Duarte funda sua defesa do “Estado democrático”, que ele enxerga como o de “poder educacional mais vivo e direto para interessar uma população [...] nos acontecimentos políticos e problemas de uma nação”¹¹. Seu ideal de pedagogia democrática – cumpre, aliás, acrescentar – é uma raridade em nossa historiografia política, em geral polarizada por vertentes de caráter “liberal-oligárquico” ou “autoritário-modernizador”, ambas pouco afeitas, para dizer o mínimo, à democracia enquanto sistema político. Bolívar Lamounier, por exemplo, em trabalho recente, observa que a democracia, na literatura política brasileira, quase sempre esteve submetida a um ceticismo mal-disfarçado, que ele chama de “discurso pirrônico”:

“desde seus primórdios, no século 19, a democracia representativa [no Brasil] foi questionada por políticos, intelectuais e jornalistas, que a viam como uma superestrutura importada, idéia fora do lugar, fruto do idealismo utópico da elite dirigente ou, pior que isso, cínico instrumento de dominação a serviço da classe latifundiária. Sutil e moderado em Machado de Assis e Sérgio Buarque de Holanda, caudaloso e violento em

⁹ Duarte, *op. cit.*, p. 124.

¹⁰ Sobre esse aspecto, cito Wanderley Guilherme dos Santos, em seu ensaio *A práxis liberal no Brasil*: “a temática da privatização do público, soberbamente inaugurada por José de Alencar, sobretudo em *A reforma Eleitoral* (1874), e retomada por Nestor Duarte em *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939), teve continuidade em *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Vítor Nunes Leal, e constitui um dos tópicos mais relevantes das ciências sociais contemporâneas”. Em: *Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 61. Ainda acerca do mesmo ponto, v. também as colocações de Adrián Gurza Lavalle, *op. cit.*, p. 21-22.

¹¹ Duarte, *op. cit.*, p. 107.

João Francisco Lisboa, Oliveira Vianna e tantos outros, o ‘discurso pirrônico’ permeia ainda hoje tanto a linguagem intelectual quanto a popular, podendo sem dúvida ser considerado como um dos traços mais importantes de nossa cultura política.”¹²

Nestor Duarte certamente não comparte desse “discurso pirrônico” sobre a democracia a que alude Lamounier. Pelo contrário, para ele a democracia é o “método social” (é sua a expressão) mais adequado para, superando a “herança negativa” de nossa formação colonial, construir efetivamente, no Brasil, um Estado que funcione como uma “*res publica*”, ou como instância garantidora da dimensão pública das relações sociais, políticas e econômicas em nosso país.

É curioso que, como veremos mais adiante, tanto Bolívar Lamounier quanto Wanderley Guilherme dos Santos, sem dúvida dois de nossos principais investigadores políticos, pouca atenção tenham dado a essa marcante presença de uma apologia democrática na obra de Nestor Duarte, especialmente em seu ensaio sobre *A Ordem Privada*. Não é que não a tenham notado, mas ambos preferem concentrar o foco de seus comentários sobre o diagnóstico da hipertrofia da “ordem privada” e da relativa fragilidade ou inexistência do Estado nacional no Brasil, e deixam um pouco de lado a contundente defesa da democracia como “regime político” e como “concepção cultural” da vida em sociedade que é característica do pensamento de Duarte¹³. Em contrapartida, as leituras mais recentes da obra do autor, feitas no âmbito dos programas de pós-graduação durante as décadas de 1990 e 2000, em geral dão amplo destaque ao caráter essencialmente democrático das postulações de Duarte.

Acredito que a circunstância de estarem, Wanderley e Bolívar, pesquisando e escrevendo no final da década de 1970, ainda com o país vivendo sob o regime de exceção dos governos militares, pesou para que ambos estivessem mais preocupados em compreender as fundações teóricas da cultura autoritária que caracterizou boa parte de nossa história política, e por isso se voltassem inicialmente para os trabalhos de autores

¹² Bolívar Lamounier. *Da Independência a Lula – Dois Séculos de Política Brasileira*. São Paulo: Augurium Editora, 2005, p. 15.

¹³ V. Bolívar Lamounier. “A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico”. Em: _____ (org.). *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília: Editora da UnB, 1982, p. 413; e “Paradigma e História – a Ordem Burguesa na Imaginação Social Brasileira”. Em: _____. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 48.

como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, dentre outros. Nesse quadro, a peroração democrática de Duarte permaneceu um tanto ofuscada, na sombra, até poder ser revista com mais clareza a partir das pesquisas realizadas nos anos 1990 e 2000. No caso de Lamounier, surpreende particularmente a falta de olho para a ênfase democrática dos escritos de Duarte, uma vez que a argumentação do jurista baiano, se levada em conta, poderia fornecer grandes subsídios para apoiar algumas das principais noções que Lamounier vem incluindo em seu inventário teórico nas últimas décadas, tais como a importância atribuída a certos “formalismos” da representação político-institucional, a idéia de processo envolvida no conceito de “construção ou *crafting* institucional” e a compreensão de que o Estado possui dimensões “*hardware*” e “*software*”, ambas igualmente importantes para a estabilização de sua autoridade¹⁴.

Advogado, jurista e professor da Faculdade Livre de Direito da Bahia, romancista, político (deputado estadual e federal em várias legislaturas), sempre ligado a plataformas tão polêmicas quanto progressistas, como a reforma agrária, o anti-clericalismo e o divórcio, a biografia de Nestor Duarte é rica e variada. Como vários outros de sua geração, ele foi um escritor multi-facetado, um polígrafo, capaz de passear com propriedade por diversos campos do fazer intelectual. Além do ensaio *A Ordem Privada*, publicou ainda uma tese e alguns artigos esparsos sobre teoria geral do Direito¹⁵, três romances¹⁶, além de textos “de combate”, frutos de sua atuação como político profissional (artigos de jornal,

¹⁴ Cf. Bolívar Lamounier. “*Representação Política – A Importância de Certos Formalismos*”. Em: _____, Francisco Weffort e Maria Victória Benevides (orgs.). *Direito, Cidadania e Participação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981; “*Ruy Barbosa e a Construção Institucional da Democracia Brasileira*”. Em: _____. *Ruy Barbosa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999; e *Da Independência a Lula*, já citado.

¹⁵ *Direito – Noção e Norma*. Tese de Concurso na Faculdade de Direito da Bahia. Bahia: Oficinas Dois Mundos, 1933; “*Os Fundamentos Morais da Ordem Jurídica Atual*”. Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 9, 1934; “*A Lei no Conceito de Duguit*”. Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 10, 1935; “*Os Fundamentos do Direito Natural e as Direções do Positivismo Jurídico*”. Conferência. Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 16, 1941. Também em: *Separata da Revista Fórum do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia*. Salvador: Tipografia Naval, 1942; “*Ruy e o Processo Cultural Democrático*”. Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 19, 1944; “*O Princípio da Igualdade perante a Lei*”. Em: *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, v. 28, 1953. Também em: *Revista Forense*, vol. 156, ano 51, fascículos 617 e 618. Novembro-Dezembro de 1954.

¹⁶ *Gado Humano*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Pongetti, 1936. 2ª edição. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBa, 1998.; *Tempos Temerários*. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. 2ª edição. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 2008; *Cavalo de Deus*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

